

From: Saved by Blink
Sent: Tue, 31 Mar 2026 12:20:46 -0300
Subject: Candidato :: ProSeleta
Attachments: ATT00001.jpg, ATT00002.svg+xml, ATT00003.png, ATT00004.html



Fundação
FAFIPA

Concurso Público da Secretaria de Estado da Saúde - SESA
Promotor de Saúde Profissional - Contador - Macrorregional Leste

[voltar](#)

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 8.

Cuidados com a pele, alimentação e hidratação são essenciais no verão e festas de fim de ano.

23/12/2025 - 17:33 - Secretaria da Saúde

O verão costuma ser lembrado como a estação das férias, da praia, da piscina e das festas de fim de ano. Mas, em meio à rotina mais intensa de lazer, viagens e encontros familiares, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) reforça a necessidade de atenção redobrada com a pele, a alimentação e a hidratação. Eles são fatores que podem impactar diretamente no bem-estar de cada um.

Os cuidados com a pele impactam diretamente na saúde e podem evitar doenças sérias, como o câncer de pele. No Paraná, de janeiro a setembro de 2025, foram realizados 7.906 procedimentos cirúrgicos em oncologia relacionados à pele; de outubro de 2024 a setembro de 2025, o total chegou a 10.431 procedimentos. No

Brasil, o Inca (Instituto Nacional de Câncer) estima 220 mil novos casos de câncer de pele até o fim de 2025.

"É importante lembrar que a maior parte dos problemas causados pela longa exposição do sol são evitáveis. Aproveite o verão, mas não esqueça do protetor, de beber muita água e não abusar das comidas pesadas para que os dias sejam apenas de diversão", disse o secretário de Estado da Saúde, Beto Preto.

USE PROTETOR - O período mais crítico para exposição solar vai das 9h às 16h, mas as ondas de calor exigem cuidados ao longo de todo o dia e o uso do protetor solar é indispensável. O Fator de Proteção Solar (FPS) mínimo recomendado para adultos é 30; pessoas de pele clara devem optar por FPS 50.

A reaplicação deve ser feita a cada duas horas e sempre após banho de mar, rio ou piscina. Para quem permanece em ambientes internos, a reposição duas vezes ao dia costuma ser suficiente.

DENGUE - O verão também exige atenção ao uso de repelentes, que evitam picadas de mosquitos e a transmissão de doenças como dengue, zika e chikungunya. Segundo a Vigilância da Sesa, nem todos os repelentes têm eficácia comprovada contra o Aedes aegypti.

A Sesa reforça que o repelente precisa ter determinadas substâncias para ser eficaz. A substância mais recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é a Icaradina. Ela é segura para adultos e para crianças acima de 2 anos, devendo estar presente em concentrações entre 20% e 25%, o que garante proteção de até 10 horas.

Outras substâncias eficazes são o DEET, com concentração mínima de 10%, e o IR3535 (EBAAP). Para identificar a composição, é fundamental verificar o rótulo do produto.

ALIMENTAÇÃO - As festas de fim de ano e as férias provocam o desregramento da alimentação. O cardápio do Natal brasileiro, por exemplo, ainda é uma adaptação de países frios e baseado em alimentos gordurosos, mas que consumimos em pleno verão.

É preciso adotar algumas estratégias que podem ser importantes para aproveitar o melhor desses momentos de celebração entre amigos e família, sem prejuízos significativos à saúde como:

Não vá com muita fome: faça um lanche nutritivo antes da celebração, coma uma fruta, tome um copo de leite, isso vai te permitir escolher com mais calma os alimentos que pretende consumir, sem grandes excessos;

Reconheça seus sinais de fome e saciedade. Se permita comer o que gosta e só consome nessa época do ano, mas sirva-se de uma quantidade moderada;

Coma devagar e desfrute do que está consumindo;

Tenha atenção com as bebidas, elas podem aumentar muito as calorias ingeridas sem aumentar a saciedade. Tome bastante água;

Mantenha-se ativo e siga fazendo exercícios.

HIDRATAÇÃO - O calor intenso exige hidratação constante e não é qualquer líquido que repõe o que o corpo precisa. Bebidas alcoólicas, mesmo geladas, aumentam a desidratação. A orientação é priorizar água, sucos naturais, água de coco ou isotônicos.

Adolescentes e adultos devem consumir pelo menos dois litros de água por dia, aumentando a quantidade em caso de exposição prolongada ao sol, práticas esportivas ou esforço físico.

A Sesa alerta sobre o cuidado especial com os idosos, que são mais vulneráveis à desidratação e à hipertermia. A desidratação atinge mais as pessoas acima de 50 anos, conforme levantamento da Diretoria de Gestão em Saúde, da Sesa. Dos 3.453 casos registrados neste ano (entre janeiro e setembro), 2.351, ou seja, 68% são da faixa etária a partir dos 50 anos.

A Divisão de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa recomenda:

- Ingerir líquidos com frequência (água, água de coco, sucos leves, chás e isotônicos) e evitar álcool e cafeína.**
- Consumir alimentos leves, como frutas, verduras e carnes magras.**
- Usar roupas claras, leves e calçados firmes; evitar chinelos para prevenir quedas; usar chapéu e óculos ao sair ao sol.**
- Manter a casa ventilada e reduzir a entrada de calor nas janelas; usar ventiladores, climatizadores ou ar-condicionado quando possível.**
- Praticar exercícios no início da manhã ou fim da tarde.**

- Evitar sol nos horários mais quentes e aplicar filtro solar diariamente.
- Manter os alimentos refrigerados e reforçar a higiene no preparo para evitar intoxicações.
- Redobrar o uso de repelente e eliminar possíveis criadouros de mosquitos.

Sinais de alerta pela falta de hidratação:

- Boca, língua e lábios secos
- Diminuição do volume urinário
- Temperatura elevada e pulso rápido
- Dor de cabeça
- Tontura
- Náuseas
- Letargia
- Confusão mental

Em situações de emergência, a recomendação é procurar a unidade de saúde mais próxima ou ligar para o SAMU (192).

Questão 1

Ao destacar que 68% dos casos de desidratação atingem pessoas a partir dos 50 anos, o texto tem como finalidade:

- 1) justificar a substituição da água por bebidas isotônicas.
- 2) proibir a prática de exercícios físicos entre idosos.

3) **GABARITO PRELIMINAR**

alertar para a maior vulnerabilidade desse grupo etário.

- 4) indicar que a desidratação afeta exclusivamente idosos.
- 5) recomendar a eliminação total da exposição solar.

Questão 2

Considerando as informações apresentadas no texto sobre os sinais de desidratação, analise a situação a seguir.

Durante uma tarde de calor intenso, Roberto, 68 anos, apresenta boca seca, dor de cabeça, diminuição do volume urinário ao longo do dia e refere tontura ao se levantar. Apesar disso, afirma não ter praticado esforço físico significativo e acredita que os sintomas são consequência apenas da idade.

De acordo com o texto base, a interpretação adequada do quadro apresentado por Roberto é a de que:

1) **GABARITO PRELIMINAR**

os sinais relatados sugerem um quadro de desidratação, que requer atenção imediata e aumento da ingestão hídrica.

- 2) o aumento do volume urinário indica desidratação, logo, não é o caso de Roberto.
- 3) a tontura ao se levantar é suficiente para descartar a relação dos sintomas com o consumo insuficiente de líquidos, já que não é sintoma de desidratação.
- 4) os sintomas descritos são compatíveis com um processo natural do envelhecimento, não caracterizando, necessariamente, uma condição de saúde séria.
- 5) a ausência de atividade física intensa afasta a possibilidade de desidratação, indicando apenas cansaço passageiro.

Questão 3

De acordo com o texto, a Secretaria de Estado da Saúde reforça cuidados no verão porque:

- 1) as temperaturas elevadas inviabilizam atividades ao ar livre.

2) **GABARITO PRELIMINAR**

hábitos típicos da estação podem impactar o bem-estar das pessoas.

- 3) o lazer substitui integralmente as práticas de autocuidado.
- 4) há aumento exclusivo de doenças infecciosas.
- 5) o período favorece apenas problemas relacionados à alimentação.

Questão 4

No que tange às funções sintáticas dos termos destacados no texto, considere as assertivas a seguir.

- I. No trecho "Os cuidados com a pele impactam diretamente na saúde", a expressão "Os cuidados com a pele" exerce a função de sujeito composto do verbo "impactam".**
- II. Em "Adolescentes e adultos devem consumir pelo menos dois litros de água por dia", a expressão "dois litros de água" atua como objeto direto do verbo "consumir".**
- III. Em "Praticar exercícios no início da manhã ou fim da tarde", as expressões "no início da manhã" ou "fim da tarde" indicam o momento da prática de exercícios, logo, exercem a função de adjunto adverbial de tempo.**
- IV. Em "O cardápio do Natal brasileiro, por exemplo, ainda é uma adaptação de países frios", "uma adaptação de países frios" desempenha o papel de predicativo do sujeito.**
- V. Em "O verão também exige atenção ao uso de repelentes, que evitam picadas de mosquitos e a transmissão de doenças como dengue, zika e chikungunya", os termos "dengue, zika e chikungunya" funcionam como vocativo.**

Está CORRETO o que se afirma em:

- 1) I, III e V, apenas.

2) GABARITO PRELIMINAR

II, III e IV, apenas.

- 3) I, II e III, apenas.

- 4) I, IV e V, apenas.

5) II, IV e V, apenas.

Questão 5

Considere as assertivas a seguir.

- I. Em "cafeína", há hiato entre "e" e "í".
- II. Em "DEET", há encontro consonantal entre "E" e "E".
- III. Em "Chikungunya", há dígrafo em "ch".
- IV. Em "Aedes aegypti", há encontro consonantal entre "p" e "t".
- V. Em "climatizadores", há dígrafo em "cl".
- VI. Em "quedas", há hiato entre "u" e "e".

Está CORRETO o que se afirma em:

- 1) II, V e VI, apenas.
- 2) I e VI, apenas.

3) **GABARITO PRELIMINAR**

I, III e IV, apenas.

- 4) III e V, apenas.
- 5) II e IV, apenas.

Questão 6

Sobre as relações de sentido (sinonímia e antonímia) entre termos empregados no texto, considere as assertivas a seguir.

I. No trecho "atenção redobrada com a pele, a alimentação e a hidratação", o termo "redobrada" pode ser substituído por "intensificada", sem prejuízo de sentido.

II. No segmento "cuidados essenciais no verão", o vocábulo "essenciais" estabelece relação de sinonímia com "preliminares", sem prejuízo de sentido.

III. No trecho "o período mais crítico para exposição solar", o termo "crítico" apresenta sentido oposto ao de "seguro", no contexto.

IV. No enunciado "nem todos os repelentes têm eficácia comprovada", o termo "comprovada" pode ser compreendido como sinônimo de "validada", mantendo o sentido.

V. No trecho "bebidas alcoólicas [...] aumentam a desidratação", o termo "desidratação" estabelece relação de antonímia com "hidratação".

Está CORRETO o que se afirma em:

1) GABARITO PRELIMINAR

I, III, IV e V, apenas.

2) I, II, IV e V, apenas.

3) I, II e V, apenas.

4) II, III e IV, apenas.

5) I, II, III, IV e V.

Questão 7

Considerando as orientações apresentadas no texto, analise a situação a seguir.

Carlota, 62 anos, participará de uma confraternização familiar no período da tarde, em um dia de forte calor. Ela pretende consumir bebidas alcoólicas para se refrescar, usar chinelos durante todo o evento e realizar uma caminhada ao meio-dia, sem o uso de protetor solar.

De acordo com as recomendações do texto base, a conduta mais adequada para Carlota seria:

- 1) manter o planejamento inicial, visto que as recomendações preventivas apresentadas no texto não estabelecem restrições específicas para indivíduos acima de 60 anos.
- 2) manter o consumo de bebidas alcoólicas ao longo do evento, desde que estejam geladas, a fim de minimizar os efeitos do calor.
- 3) substituir o uso de protetor solar por vestimentas leves e confortáveis, uma vez que a exposição solar indireta reduz os riscos à saúde.
- 4) continuar com a exposição solar prolongada, desde que utilize protetor solar com FPS 15.

5) **GABARITO PRELIMINAR**

reorganizar sua rotina, realizando a caminhada em horários de menor incidência solar, passando protetor, priorizando a ingestão de água e abstendo-se do consumo de bebidas alcoólicas.

Questão 8

Em relação às classes de palavras empregadas em trechos do texto, considere as assertivas a seguir.

I. No trecho "A hidratação adequada é fundamental para a manutenção do equilíbrio do organismo", o termo "adequada" classifica-se como adjetivo, por caracterizar o substantivo "hidratação".

II. Em "É importante observar sinais como boca seca e diminuição da urina", o vocábulo "como" é uma preposição, introduzindo uma relação de comparação.

III. Em "aproveite o verão, mas não esqueça do protetor", a palavra "mas" classifica-se como conjunção coordenativa explicativa.

IV. Em "Beber água regularmente ajuda a prevenir complicações", o termo "regularmente" classifica-se como advérbio de modo.

Está CORRETO o que se afirma em:

1) **GABARITO PRELIMINAR**

I e IV, apenas.

- 2) II e IV, apenas.
- 3) I, II, III e IV.
- 4) I e III, apenas.
- 5) II e III, apenas.

Raciocínio Lógico

Questão 9

Um estado investiu R\$ 245,1 milhões na aquisição de 945 veículos para transporte sanitário. Sabe-se que o custo de uma ambulância é R\$ 300 mil, o de uma van é R\$ 150 mil, e o de um ônibus é R\$ 500 mil. Foram adquiridas 150 vans a mais que ambulâncias, e o número de ônibus é a metade do número de ambulâncias. Então, quantas ambulâncias foram adquiridas?

- 1) 338.

2) **GABARITO PRELIMINAR**

318.

- 3) 288.
- 4) 268.
- 5) 308.

Questão 10

Considere duas cidades do Paraná:

- C1 possui 55 leitos SUS para uma população de 265.000 habitantes.
- C2 possui 838 leitos SUS para uma população de 136.000 habitantes.

Quantos leitos por 100 mil habitantes C2 tem a mais que C1?

(Arredonde para o inteiro mais próximo.)

1) **GABARITO PRELIMINAR**

595 leitos/100 mil hab.

2) 180 leitos/100 mil hab.

3) 540 leitos/100 mil hab.

4) 320 leitos/100 mil hab.

5) 480 leitos/100 mil hab.

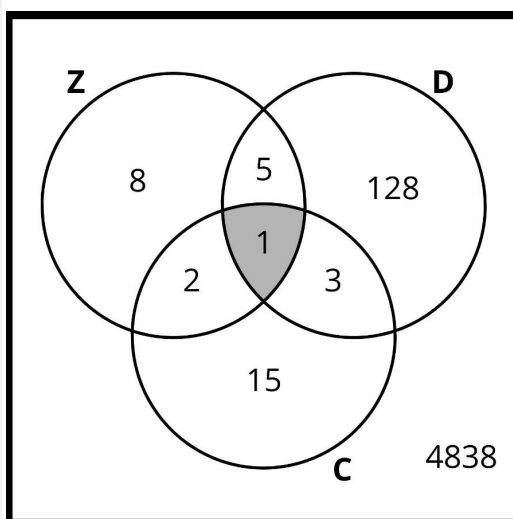
Questão 11

O diagrama lógico a seguir representa os casos confirmados de três doenças distintas em uma certa cidade de 5.000 habitantes no ano de 2025.

Z: zika;

C: chikungunya;

D: dengue.



Algumas informações podem ser interpretadas a partir do diagrama:

- 5 pessoas contraíram zika e também dengue, mas não chikungunya;
- o total de infectados de zika foi de 16 pessoas;
- 4838 pessoas não contraíram nenhuma dessas três doenças.

Uma pessoa infectada por uma ou mais dessas doenças será visitada aleatoriamente por um agente de saúde. Qual é a probabilidade de essa pessoa ter sido infectada por dengue, mas não por chikungunya?

- 1) $67/81$.
- 2) $137/162$.
- 3) $64/81$.
- 4) $137/6000$.

5) GABARITO PRELIMINAR

$133/162$.

Questão 12

Um hospital possui 5 leitos de UTI, identificados pelos números de 1 a 5, e 8 leitos de enfermaria, identificados pelos números de 1 a 8.

Há 3 pacientes graves diferentes (que necessitam de UTI) e 6 pacientes estáveis diferentes (que necessitam de enfermaria).

Cada leito pode acomodar no máximo um paciente.

De quantas maneiras distintas podemos alocar esses pacientes nos leitos, respeitando a necessidade de UTI ou enfermaria?

- 1) $8 \times 7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3$
- 2) $5! \times 8!$

3) **GABARITO PRELIMINAR**

$$\frac{5!}{(5-3)!} \times \frac{8!}{(8-6)!}$$

4) $5 \times 4 \times 3 + 8 \times 7 \times 6$

5) $5 \times 4 \times 3 + 8 \times 7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3$

Questão 13

De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, em 2024, o estado registrou 2.819 casos de coqueluche, sendo 548 crianças abaixo de 5 anos. Em 2025, foram 299 casos no total, sem óbitos. Qual a razão entre o número de casos em 2024 e o número de casos em 2025? (Simplifique para a forma inteira mais próxima.)

1) **GABARITO PRELIMINAR**

9:1.

2) 12:1.

3) 15:1.

4) 10:1.

5) 8:1.

Noções de Direito e Legislação do SUS

Questão 14

No contexto da organização dos serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no âmbito da atenção à pessoa idosa, a Lei nº 10.741/2003 estabelece critérios de priorização no acesso aos atendimentos de saúde. Considerando a disciplina legal da preferência etária e sua compatibilização com critérios clínicos e assistenciais, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) A preferência especial às pessoas com mais de 80 anos aplica-se apenas aos atendimentos eletivos, não alcançando os serviços de urgência, emergência ou aqueles baseados em critérios clínicos de risco.
- 2) A preferência especial por faixa etária superior a 80 anos restringe-se aos serviços ambulatoriais, sendo inaplicável aos atendimentos hospitalares e de internação no SUS.
- 3) A prioridade conferida às pessoas idosas com mais de 80 anos é absoluta e prevalece inclusive sobre situações de emergência envolvendo pacientes mais jovens.

4) **GABARITO PRELIMINAR**

Nos atendimentos de saúde realizados no âmbito do SUS, as pessoas com idade igual ou superior a 80 anos possuem preferência especial em relação às demais pessoas idosas, devendo essa prioridade ser observada em todas as modalidades de atendimento, salvo nas situações caracterizadas como emergência.

- 5) A definição da ordem de atendimento das pessoas idosas compete exclusivamente ao gestor do serviço de saúde, podendo afastar a preferência etária em razão de critérios administrativos ou operacionais.

Questão 15

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 196, define a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Para assegurar esse direito, o texto constitucional estabelece que o Estado deve garantir políticas sociais e econômicas que visem a objetivos específicos. Com base nisso, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um desses objetivos e a forma de acesso aos serviços de saúde.

1) **GABARITO PRELIMINAR**

Redução do risco de doença e acesso universal e igualitário.

- 2) Aumento da arrecadação tributária e acesso restrito aos contribuintes.
- 3) Privatização dos serviços de alta complexidade e acesso por ordem de chegada.

- 4) Exclusividade de atendimento para cidadãos brasileiros e acesso via critérios de renda.
- 5) Manutenção do isolamento de doentes crônicos e acesso mediante pagamento de taxas.

Questão 16

No contexto da atenção materno-infantil no Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná, a legislação estadual disciplina a organização da assistência ao recém-nascido desde o momento do parto, definindo responsabilidades profissionais e fluxos assistenciais. Considerando essa normatização e a lógica da atenção integral ao nascimento, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) O atendimento ao recém-nascido limita-se à sala de parto, devendo eventual cuidado posterior ser prestado exclusivamente pela mãe ou familiares.
- 2) A assistência ao recém-nascido inicia-se apenas após o parto, sendo dispensável a presença de profissional capacitado no período imediatamente anterior ao nascimento.

3) GABARITO PRELIMINAR

O atendimento ao recém-nascido deve ser realizado por profissional capacitado, médico ou de enfermagem, preferencialmente com formação específica, desde o período imediatamente anterior ao parto até sua avaliação e encaminhamento adequado.

- 4) A atuação profissional junto ao recém-nascido é restrita ao médico pediatra, sendo vedada a participação de profissionais de enfermagem especializados.
- 5) O encaminhamento do recém-nascido à unidade intermediária ou à UTI neonatal independe de avaliação clínica realizada por profissional de saúde capacitado.

Questão 17

No contexto da administração pública em saúde, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná, a Lei Estadual nº

20.656/2021 disciplina os requisitos formais e materiais para a apresentação de representações por ilegalidade, omissão ou abuso de poder. Considerando essa disciplina e seus efeitos sobre a apuração administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) A ausência de identificação do representado impede qualquer providência administrativa, ainda que a representação descreva de forma clara o fato e apresente indícios suficientes de irregularidade.
- 2) A indicação de testemunhas é requisito essencial da representação, inexistindo possibilidade de apuração administrativa quando o representante não as indicar expressamente.
- 3) A representação será obrigatoriamente arquivada quando não vier acompanhada de todas as provas documentais, sendo vedada a indicação posterior de elementos ou testemunhas pelo representante.
- 4) A devolução da representação genérica é vedada, devendo a autoridade competente decidir imediatamente pelo arquivamento ou pela instauração de procedimento apuratório.

5) GABARITO PRELIMINAR

A representação deve identificar representante e representado, descrever precisamente o fato imputado, indicar provas disponíveis ou conhecidas e apontar testemunhas, se houver, podendo ser devolvida para complementação quando genérica ou insuficiente.

Questão 18

No contexto da gestão de pessoas na administração pública em saúde, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná, a Lei Estadual nº 20.656/2021 define os instrumentos formais de responsabilização funcional dos servidores. Considerando essa disciplina, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) O Processo Administrativo Disciplinar somente poderá ser instaurado enquanto o servidor estiver em efetivo exercício no mesmo cargo de origem.

- 2) O Processo Administrativo Disciplinar limita-se à apuração de ilícitos penais, sendo inaplicável às infrações administrativas funcionais.
- 3) O Processo Administrativo Disciplinar destina-se exclusivamente à apuração de infrações cometidas fora do exercício funcional e sem vínculo com o cargo ocupado.
- 4) O Processo Administrativo Disciplinar tem por finalidade apurar responsabilidade institucional do órgão público, não alcançando a conduta individual do servidor.

5) GABARITO PRELIMINAR

O Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento utilizado para apurar responsabilidade do servidor por infração praticada no exercício das atribuições do cargo ou a elas relacionada.

Questão 19

No âmbito da gestão de pessoas na administração pública em saúde, especialmente nos serviços integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná, a Lei Estadual nº 20.656/2021 disciplina os efeitos do afastamento preventivo do servidor durante a apuração disciplinar. Considerando essa disciplina legal, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) Durante o afastamento preventivo, o servidor perde definitivamente o tempo de serviço correspondente, ainda que ao final não seja aplicada penalidade disciplinar.
- 2) Durante o afastamento preventivo, o servidor não terá direitos restabelecidos mesmo com decisão administrativa transitada em julgado.

3) GABARITO PRELIMINAR

Durante o afastamento preventivo, o servidor contará tempo de serviço público quando não houver pena disciplinar ou quando aplicada apenas repreensão, observadas as demais disposições legais.

- 4) Durante o afastamento preventivo, o servidor mantém o recebimento integral de todas as gratificações vinculadas ao efetivo exercício do cargo público.

- 5) Durante o afastamento preventivo, o servidor não recebe vantagens funcionais, mesmo quando reconhecida sua inocência ao final do processo administrativo.

Questão 20

No âmbito da saúde pública brasileira, a Lei nº 8.080/1990 define o campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo ações que extrapolam a assistência direta e alcançam a proteção da saúde coletiva frente a riscos sanitários. Considerando a concepção legal de vigilância sanitária e sua inserção nas atribuições do SUS, especialmente no contexto da atuação estatal sobre bens e serviços de interesse da saúde, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) A vigilância sanitária restringe-se ao controle final de produtos colocados no mercado consumidor, não alcançando as etapas de produção nem a prestação de serviços relacionados à saúde.

2) GABARITO PRELIMINAR

A vigilância sanitária compreende um conjunto de ações voltadas à eliminação, redução ou prevenção de riscos à saúde, abrangendo o controle de bens de consumo relacionados direta ou indiretamente à saúde, em todas as etapas da produção ao consumo, bem como o controle da prestação de serviços que se relacionem com a saúde.

- 3) As ações de vigilância sanitária integram o campo de atuação do SUS apenas quando relacionadas ao meio ambiente, sendo excluídos os bens de consumo e os serviços de interesse da saúde.
- 4) A vigilância sanitária atua apenas de forma corretiva, após a ocorrência de danos à saúde, não possuindo caráter preventivo ou de intervenção sobre riscos potenciais.
- 5) O controle da prestação de serviços relacionados à saúde insere-se exclusivamente no âmbito da vigilância epidemiológica, não compondo as atribuições da vigilância sanitária no SUS.

Questão 21

No contexto da organização da Rede de Atenção à Saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), a legislação estadual do Paraná assegura às pessoas com deficiência direitos que exigem atuação integrada, contínua e multiprofissional dos serviços de saúde. Considerando a articulação entre promoção, prevenção, assistência, habilitação e reabilitação, assinale a alternativa CORRETA.

1) GABARITO PRELIMINAR

O acesso igualitário às ações e serviços de saúde das pessoas com deficiência inclui processos de habilitação e reabilitação desenvolvidos em todos os níveis de atenção, com apoio permanente das equipes de saúde, inclusive psicológico, e fornecimento dos recursos necessários.

- 2) O suprimento de medicamentos e de ajudas técnicas às pessoas com deficiência depende de avaliação administrativa discricionária, não integrando necessariamente os processos de habilitação e reabilitação em saúde.
- 3) Os processos de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência restringem-se à atenção especializada, sendo facultativo o apoio psicológico e condicionado o fornecimento de tecnologias assistivas à disponibilidade orçamentária do serviço.
- 4) O tratamento e o apoio das equipes de saúde nos processos de habilitação e reabilitação concentram-se nas fases iniciais do cuidado, não sendo obrigatórios durante todas as etapas do processo terapêutico.
- 5) A garantia de acesso igualitário às ações de saúde das pessoas com deficiência limita-se às atividades de assistência curativa, não abrangendo promoção, prevenção, habilitação ou reabilitação no âmbito do SUS.

Questão 22

No contexto da saúde pública e da atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), o prontuário do paciente contém informações clínicas, diagnósticas e terapêuticas, sendo classificado como conjunto de dados pessoais sensíveis nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Considerando as hipóteses legais que autorizam o tratamento desses dados sem o consentimento do titular, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) O tratamento de dados constantes no prontuário médico somente poderá ocorrer sem consentimento mediante ordem judicial específica ou após anonimização integral e irreversível das informações clínicas.
- 2) Informações do prontuário médico somente podem ser tratadas sem consentimento em situações de emergência médica individual, não sendo admitidas para vigilância epidemiológica ou execução de políticas públicas.
- 3) O tratamento de dados pessoais sensíveis para fins de assistência à saúde exige, em qualquer hipótese, consentimento expresso do paciente, inclusive quando realizado por profissionais de saúde ou autoridades sanitárias.
- 4) Dados pessoais sensíveis extraídos do prontuário médico apenas poderão ser tratados sem consentimento quando destinados exclusivamente à defesa em processos judiciais, sendo vedado seu uso em processos administrativos sanitários.

5) GABARITO PRELIMINAR

O tratamento de dados pessoais sensíveis constantes no prontuário médico pode ocorrer sem consentimento quando indispensável ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, à execução de políticas públicas, à realização de estudos por órgão de pesquisa, ao exercício regular de direitos, à proteção da vida ou à tutela da saúde, exclusivamente por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.

Questão 23

No contexto da atenção à saúde da pessoa idosa no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente em situações clínicas que envolvem tomada de decisão terapêutica e ausência de representantes legais, a legislação estabelece critérios específicos para a definição do tratamento a ser adotado. Considerando a proteção da autonomia, a atuação profissional e os mecanismos de controle institucional, assinale a alternativa CORRETA.

1) GABARITO PRELIMINAR

Quando a pessoa idosa não estiver em condições de optar pelo tratamento e inexistirem curador ou familiar conhecido, o médico poderá decidir pela conduta terapêutica, devendo comunicar o fato ao Ministério Público.

- 2) O tratamento da pessoa idosa incapaz de manifestar vontade deve ser definido exclusivamente pela autoridade sanitária local, independentemente da existência de familiares ou representantes legais.
- 3) A decisão sobre o tratamento da pessoa idosa sem discernimento compete prioritariamente ao gestor do serviço de saúde, com posterior ciência ao Ministério Público.
- 4) Na ausência de manifestação válida da pessoa idosa, a definição do tratamento deverá ser realizada pela equipe multiprofissional, sendo dispensada a comunicação a órgãos de controle externo.
- 5) A impossibilidade de opção terapêutica pela pessoa idosa impõe a suspensão do tratamento até que o Poder Judiciário autorize expressamente a conduta médica.

Questão 24

No âmbito da administração pública em saúde, especialmente nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná, a Lei Estadual nº 20.656/2021 estabelece requisitos formais para a instauração do Processo Administrativo Disciplinar, garantindo transparência, regularidade procedimental e direito de defesa. Considerando essas disposições legais, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) O ato instaurador do processo deve apenas identificar o indiciado e designar a comissão processante, sendo dispensáveis a descrição dos fatos e a publicação oficial.
- 2) O ato instaurador deve conter exclusivamente a descrição dos fatos e a indicação das sanções, sendo facultativa a identificação do indiciado.
- 3) A designação da comissão processante é etapa posterior à instauração, não integrando o conteúdo obrigatório do ato inicial.
- 4) A instauração do processo ocorre validamente por comunicação interna, prescindindo de ato formal escrito e de publicação em Diário Oficial.

5) GABARITO PRELIMINAR

O ato instaurador do processo deve identificar o indiciado, descrever os fatos imputados, indicar dispositivos legais e sanções

possíveis, designar a comissão processante e ser publicado oficialmente.

Questão 25

No regime jurídico disciplinar dos servidores públicos estaduais, inclusive daqueles que atuam na saúde pública e no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Paraná, a Lei nº 6.174/1970 prevê sanções específicas relacionadas ao dever funcional de submeter-se à inspeção médica e de seguir tratamento adequado quando regularmente determinado pela Administração. Considerando o disposto no art. 295 e seu parágrafo único, bem como a natureza jurídica das penalidades e seus efeitos no tempo, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) A suspensão aplicada em razão da recusa à inspeção médica possui caráter definitivo, ainda que o servidor posteriormente se submeta à avaliação, sendo possível apenas a revisão judicial da penalidade.
- 2) A aplicação das sanções previstas no art. 295 depende da comprovação de dolo específico do servidor em frustrar a atuação da Administração, não sendo suficientes a simples recusa à inspeção ou ao tratamento.
- 3) O cancelamento da licença por recusa ao tratamento adequado depende de prévia instauração de processo administrativo disciplinar com aplicação de penalidade definitiva, não sendo afastado pelo início posterior do tratamento.

4) GABARITO PRELIMINAR

A recusa do servidor em submeter-se à inspeção médica enseja a aplicação da pena de suspensão, enquanto a recusa em seguir tratamento adequado acarreta o cancelamento da licença, cessando ambas as penalidades a partir do momento em que realizada a inspeção ou iniciado o tratamento.

- 5) A recusa à inspeção médica e a recusa ao tratamento adequado configuram faltas funcionais de idêntica gravidade, sujeitando o servidor, em ambos os casos, à pena de demissão, cessando seus efeitos apenas mediante nova avaliação administrativa.

Questão 26

No âmbito da proteção integral à criança e ao adolescente e da organização dos serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei nº 8.069/1990 assegura direitos que dialogam diretamente com a humanização do cuidado e com a articulação entre saúde e convivência familiar. Considerando esse marco normativo e a necessidade de compatibilização entre a proteção da saúde, o interesse da criança e a dinâmica institucional dos serviços de saúde, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) O direito de visitação limita-se às instituições de saúde integrantes da rede privada, não sendo aplicável aos serviços públicos que compõem o Sistema Único de Saúde.
- 2) A visitação somente poderá ser autorizada quando a criança ou o adolescente estiver internado, sendo vedada sua presença em instituições de saúde na condição de visitante.

3) GABARITO PRELIMINAR

É assegurado à criança e ao adolescente o direito de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde, devendo esse direito ser exercido conforme normas regulamentadoras, de modo a compatibilizar a convivência familiar com as condições clínicas, sanitárias e organizacionais do serviço de saúde.

- 4) A visitação de criança ou adolescente à mãe ou pai internados constitui faculdade do estabelecimento de saúde, podendo ser restringida por decisão administrativa, ainda que inexistam normas regulamentadoras específicas.
- 5) O direito de visitação da criança ou do adolescente a genitores internados em instituição de saúde é absoluto e independe de regulamentação, devendo ser assegurado em qualquer circunstância clínica ou assistencial.

Questão 27

No âmbito da organização do Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei nº 8.080/1990 estabelece diretrizes estruturantes para a oferta das ações e dos serviços de saúde, inclusive quando executados com a participação complementar da iniciativa privada. Considerando essa organização e seus efeitos sobre o acesso e a integralidade do cuidado, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) A organização das ações e dos serviços de saúde no SUS ocorre de forma descentralizada, assegurando ao usuário acesso direto e irrestrito a qualquer nível de complexidade assistencial.
- 2) A regionalização dos serviços de saúde no SUS é opcional aos entes federativos, podendo ser afastada quando houver justificativa administrativa ou limitação estrutural local.
- 3) As ações e os serviços de saúde do SUS devem ser organizados de maneira centralizada, permitindo que a iniciativa privada atue de forma autônoma, sem observância de regionalização ou hierarquização.

4) **GABARITO PRELIMINAR**

As ações e os serviços de saúde do SUS, executados pelo poder público ou com participação complementar da iniciativa privada, devem ser organizados de forma regionalizada e hierarquizada, em níveis de complexidade crescente.

- 5) A participação complementar da iniciativa privada autoriza a prestação de serviços de saúde fora da lógica de hierarquização e de níveis progressivos de complexidade.

Questão 28

No contexto da gestão de pessoas na administração pública em saúde, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná, a Lei Estadual nº 20.656/2021 disciplina as consequências do não comparecimento do servidor indiciado ao Processo Administrativo Disciplinar e as garantias mínimas de defesa. Considerando essa disciplina normativa, assinale a alternativa CORRETA.

1) **GABARITO PRELIMINAR**

O indiciado regularmente notificado que não comparecer ao processo será considerado revel, devendo constar advertência na notificação, com posterior nomeação de defensor dativo.

- 2) A notificação ficta do indiciado impede a aplicação de revelia, devendo o processo ser suspenso até sua localização pessoal obrigatória.

- 3) A revelia do indiciado dispensa a nomeação de defensor, uma vez que o não comparecimento caracteriza renúncia tácita ao direito de defesa administrativa.
- 4) A nomeação de defensor dativo somente ocorrerá quando o indiciado expressamente requerer assistência jurídica após o reconhecimento formal da revelia.
- 5) A ausência do indiciado ao processo administrativo implica arquivamento automático do feito, sendo vedada a continuidade da apuração disciplinar pela Administração Pública.

Questão 29

No âmbito da gestão de pessoas no serviço público estadual, inclusive nos serviços de saúde do SUS no Estado do Paraná, a Lei Estadual nº 20.656/2021 disciplina os efeitos da exoneração e da alteração da situação funcional do servidor quanto à responsabilização disciplinar. Considerando essa disciplina legal, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) A alteração da situação funcional do servidor suspende a apuração disciplinar até eventual retorno ao cargo originalmente ocupado na Administração Pública.
- 2) A exoneração impede a aplicação de penalidade disciplinar, admitindo-se apenas responsabilização civil ou penal por fatos funcionais pretéritos.
- 3) A exoneração do servidor extingue automaticamente a possibilidade de apuração disciplinar, afastando a instauração de processo administrativo por fatos ocorridos durante o exercício funcional.
- 4) A responsabilização disciplinar somente poderá ocorrer se o servidor ainda estiver em exercício no cargo no momento da instauração do processo administrativo.

5) GABARITO PRELIMINAR

A exoneração ou a mudança da situação funcional do servidor não impede a instauração de processo administrativo disciplinar nem a aplicação de sanção por infrações praticadas no exercício do cargo.

Questão 30

No âmbito da condução do Processo Administrativo Disciplinar na administração pública em saúde, especialmente no Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná, a Lei Estadual nº 20.656/2021 disciplina a forma de colheita e registro do depoimento testemunhal, estabelecendo parâmetros voltados à fidedignidade da prova e à regularidade procedimental. Considerando essas diretrizes e seus reflexos sobre a validade da instrução probatória, assinale a alternativa **CORRETA**.

- 1) O uso de apontamentos pela testemunha é vedado durante o depoimento, sendo admissível apenas a leitura integral de texto previamente elaborado.
- 2) O depoimento testemunhal poderá ser apresentado por escrito pela própria testemunha, desde que posteriormente confirmado oralmente perante a Comissão Processante e validado pelo seu presidente.
- 3) A testemunha deverá entregar depoimento previamente redigido, cabendo ao presidente da Comissão apenas resumir o conteúdo, dispensada a reprodução literal das expressões utilizadas.

4) **GABARITO PRELIMINAR**

O depoimento deve ser prestado oralmente, reduzido a termo pela Comissão, vedada a apresentação por escrito pela testemunha, admitidas consultas breves a apontamentos, devendo o registro reproduzir fielmente as expressões utilizadas.

- 5) A redução a termo do depoimento autoriza o presidente da Comissão a reformular livremente as declarações, visando adequá-las à linguagem técnica do processo administrativo.

Conhecimentos Específicos

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 31 a 33.

A Cia. Solaris é uma empresa comercial que atua na compra e revenda de materiais esportivos. Sendo assim, ela é contribuinte do ICMS, mas não do IPI. No mês de março/2025, ocorreram os seguintes fatos;

- No início do mês havia 80 unidades estocadas do tênis de corrida "Velocity Pro", registradas ao custo total de R\$ 25.600,00;
- Em 12/03, adquiriu um lote de 150 unidades do referido modelo. A nota fiscal evidenciava valor total de R\$ 72.000,00 cuja composição era a seguinte: Valor das Mercadorias R\$ 65.000,00, ICMS R\$ 12.000,00 e IPI R\$ 7.000,00 (não houve incidência de PIS/COFINS na operação);
- Em 25/03, a empresa efetuou uma venda grande de 120 unidades por R\$ 100.000,00, recebendo 50% à vista e a outra metade para recebimento em 60 dias. Na operação, incidem ICMS à alíquota interna de 18%, além de PIS/COFINS de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

Questão 31

Considerando que a Cia. Solaris utiliza o PEPS (primeiro que entra primeiro que sai) como método de controle de estoques, assinale a alternativa que indica o Custo das Mercadorias Vendidas em março/2025.

1) **GABARITO PRELIMINAR**

R\$ 41.600,00.

- 2) R\$ 46.400,00.
- 3) R\$ 37.866,67.
- 4) R\$ 46.666,67.
- 5) R\$ 42.933,33.

Questão 32

Considerando que o saldo inicial da conta de ICMS a Recuperar/Recolher em 01/03/2025 era igual a zero e com base exclusivamente nas operações mencionadas, é CORRETO afirmar que, ao final do mês, a Cia. Solaris apresentará em seu balanço patrimonial um saldo líquido de ICMS:

- 1) a recolher, no valor de R\$ 18.000,00.
- 2) a recuperar, no valor de R\$ 12.000,00.
- 3) a recolher, no valor de R\$ 3.000,00.

4) GABARITO PRELIMINAR

a recolher, no valor de R\$ 6.000,00.

5) a recuperar, no valor de R\$ 6.000,00.

Questão 33

Com base nos dados fornecidos, assinale a alternativa que apresenta o CORRETO valor da Receita Líquida de Vendas no mês de março/2025.

1) R\$ 65.475,00.

2) R\$ 62.750,00.

3) R\$ 74.400,00.

4) GABARITO PRELIMINAR

R\$ 72.750,00.

5) R\$ 80.350,00.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 34 a 36.

A Indústria Metalúrgica Alfa S.A., especializada na fabricação de componentes para aeronaves, adquiriu em 01 de agosto de 2025 um forno industrial de têmpera a gás de fabricação alemã. O preço de aquisição, já convertido para reais, foi de R\$ 280.000,00.

Foram incorridos os seguintes gastos adicionais para a internalização do equipamento:

- **Imposto de Importação: R\$ 28.000,00;**
- **Frete internacional e nacional: R\$ 13.600,00;**
- **Seguro do transporte: R\$ 9.000,00;**

- **Gastos Administrativos: R\$ 3.500,00.**

Ainda, para adequação do bem às normas operacionais brasileiras, foram realizados:

- **Reforço da base de concreto e instalações especiais: R\$ 15.000,00;**
- **Curso de capacitação técnica para treinamento da equipe de operação: R\$ 7.000,00.**

O forno entrou em condições de uso em 01 de outubro de 2025. Segundo especificações do fabricante, sua vida útil é estimada em 12 anos, e o valor residual foi projetado em R\$ 40.320,00.

Questão 34

Ainda com base nos dados fornecidos, é CORRETO afirmar que a despesa com depreciação relativa ao forno, reconhecida durante o exercício de 2025, foi de:

- 1) R\$ 6.578,75.
- 2) R\$ 6.047,50.
- 3) R\$ 7.200,00.

☒ 4) **GABARITO PRELIMINAR**

R\$ 6.360,00.

- 5) R\$ 6.172,50.

Questão 35

Com base na NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, assinale a alternativa que aponta o custo do forno no seu reconhecimento contábil inicial.

- 1) R\$ 356.100,00.

☒ 2) **GABARITO PRELIMINAR**

R\$ 345.600,00.

3) R\$ 330.600,00.

4) R\$ 349.100,00.

5) R\$ 336.600,00.

Questão 36

À luz das informações fornecidas, assinale a alternativa que corresponde ao valor depreciável do ativo após devidamente instalado.

1) R\$ 296.280,00.

☒ 2) **GABARITO PRELIMINAR**

R\$ 305.280,00.

3) R\$ 308.780,00.

4) R\$ 290.280,00.

5) R\$ 315.780,00.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 37 a 38.

No exercício financeiro de 2025, o Município de Capital do Vinho apresentou as seguintes operações orçamentárias e financeiras (em R\$):

Despesa Fixada na Lei Orçamentária Anual	25.000.000,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)	270.000,00
Empenhos Inscritos em Restos a Pagar Processados	380.000,00
Despesa Orçamentária Paga	22.750.000,00
Receita Prevista na Lei Orçamentária Anual	25.000.000,00
Recebimento de Cauções em garantia de Contratos	80.000,00
Restos a Pagar de 2023 pagos no exercício de 2025	220.000,00
Empenhos Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	130.000,00
Receita Arrecadada	23.800.000,00

Questão 37

Ainda com base nos dados, é **CORRETO** afirmar que o Balanço Financeiro do Município de Capital do Vinho, encerrado em 31/12/2025, evidenciará, na linha "Ingressos Extraorçamentários", o valor de:

- 1) R\$ 730.000,00.
- 2) R\$ 350.000,00.
- 3) R\$ 480.000,00.

4) GABARITO PRELIMINAR

R\$ 860.000,00.

- 5) R\$ 780.000,00.

Questão 38

De acordo com os dados fornecidos, é **CORRETO** afirmar que o resultado orçamentário do Município de Capital do Vinho no exercício financeiro de 2025 foi:

- 1) um superávit de R\$ 810.000,00.
- 2) um déficit de R\$ 320.000,00.
- 3) um superávit de R\$ 320.000,00.
- 4) um déficit de R\$ 540.000,00.

5) GABARITO PRELIMINAR

um superávit de R\$ 540.000,00.

Questão 39

Com base no Código de Ética do Profissional Contador, aprovado pela NBC PG 01, de 7 de fevereiro de 2019, considere as assertivas a seguir.

I. É dever do contador renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador e vice-versa, a quem deve notificar por escrito, respeitando os prazos estabelecidos em contrato.

II. No desempenho de suas funções, é vedado ao contador renunciar à liberdade profissional, devendo evitar quaisquer restrições ou imposições que possam prejudicar a eficácia e a correção de seu trabalho.

III. Em respeito ao espírito de solidariedade, é admitida a conivência com erro ou com atos infringentes de normas técnicas, éticas ou legais que regem o exercício da profissão, desde que não praticados diretamente pelo contador.

Está CORRETO o que se afirma em:

- 1) II, apenas.
- 2) I, II e III.

3) GABARITO PRELIMINAR

I e II, apenas.

- 4) I e III, apenas.
- 5) I, apenas.

Questão 40

A Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Geral (NBC TG) Estrutura Conceitual estabelece a continuidade como uma premissa básica para a

elaboração das demonstrações contábeis. Considerando esse conceito, assinale a alternativa CORRETA.

- 1) Sua principal consequência é a obrigatoriedade de se reavaliar todos os ativos a valor de mercado a cada encerramento de exercício social.

2) GABARITO PRELIMINAR

Ele pressupõe a continuidade normal das operações da entidade, de modo que, na ausência de evidências em contrário, considera-se que ela não tem intenção nem necessidade de entrar em liquidação.

- 3) Seu efeito prático é que, na dúvida, os ativos devem ser avaliados pelo menor valor e os passivos pelo maior, para se evitar a superavaliação do patrimônio.
- 4) Ele preconiza que os gestores devem constituir, de forma sistemática, reservas financeiras específicas para o eventual encerramento das atividades, mesmo na ausência de qualquer indicativo concreto de que isso ocorrerá.
- 5) Parte do pressuposto de que a entidade possui um horizonte operacional limitado e definido, o que torna obrigatória a avaliação de todos os seus ativos circulantes e não circulantes pelos seus respectivos valores realizáveis líquidos.

Questão 41

A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece um rigoroso regime fiscal para os entes da Federação, com normas que visam ao controle de despesas, dívida e gestão patrimonial. De acordo com essas normas, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ O limite para a Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo Estadual é de 50% da Receita Corrente Líquida (RCL). Se esse limite for ultrapassado, o ente ficará impedido de receber transferências constitucionais, mas poderá, excepcionalmente, contratar operações de crédito interno para cobrir o déficit de caixa decorrente da folha de pagamento.

☐ A Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá estar acompanhada do Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois

seguintes. No entanto, se o ente tiver ultrapassado o limite do endividamento consolidado, a LRF proíbe a definição de déficit fiscal como resultado do período.

() É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

1) V, F, F.

2) **GABARITO PRELIMINAR**

F, F, V.

3) F, V, F.

4) V, F, V.

5) F, V, V.

Questão 42

O Poder Executivo do Estado do Paraná encaminhou à Assembleia Legislativa a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o próximo exercício. No entanto, ao analisar a minuta do projeto, a Comissão de Orçamento constatou que as despesas de investimento programadas para a Fundação Estatal de Atenção em Saúde não haviam sido fixadas na peça orçamentária, ficando de fora do projeto de lei. Nesse contexto, considerando o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 11ª Edição), é CORRETO afirmar que essa omissão configura violação ao Princípio Orçamentário:

1) **GABARITO PRELIMINAR**

da Universalidade.

2) da Unidade.

3) da Clareza.

4) do Orçamento Bruto.

5) da Especificação.

Questão 43

O Governo do Estado de Paraná pretende construir um novo hospital estadual de alta complexidade, com centro cirúrgico de última geração, unidades de terapia intensiva e equipamentos de diagnóstico por imagem integrados. O projeto envolve, de forma indissociável, a elaboração do projeto executivo, a construção do prédio, a instalação dos equipamentos médicos complexos e a manutenção predial e tecnológica por um período de 5 anos após a entrega. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta a modalidade de licitação mais adequada para este caso.

- 1) Credenciamento.
- 2) Pregão Presencial.
- 3) Tomada de Preços.
- 4) Leilão.

5) **GABARITO PRELIMINAR**

Concorrência.

Questão 44

A Lei das Sociedades por Ações estabelece regras sobre a obrigatoriedade de elaboração das demonstrações financeiras. No caso específico da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), existe uma exceção de caráter facultativo para um determinado perfil de companhias fechadas, condicionada ao valor do seu Patrimônio Líquido. Com base na referida legislação, assinale a alternativa que indica o limite de Patrimônio Líquido abaixo do qual as companhias fechadas não são obrigadas a elaborar e publicar a DFC.

- 1) R\$ 10.000.000,00.
- 2) R\$ 8.000.000,00.
- 3) R\$ 5.000.000,00.
- 4) R\$ 15.000.000,00.

5) **GABARITO PRELIMINAR**

R\$ 2.000.000,00.

Questão 45

Em 05 de março de 2025, uma empresa comercial contrata um seguro contra incêndio para seu depósito, com vigência de 18 meses a partir da data de assinatura. O prêmio total é de R\$ 9.000,00, que será pago em 9 parcelas mensais e iguais, sem entrada, a partir de abril de 2025. Considerando que a empresa adota o regime de competência de forma estrita, assinale a alternativa que apresenta a CORRETA escrituração contábil do fato na data da contratação (05/03/2025).

1) **GABARITO PRELIMINAR**

D – Seguros a Apropriar R\$ 9.000,00.

C – Prêmios de Seguros a Pagar R\$ 9.000,00.

2) D – Despesas com Seguros R\$ 500,00.

C – Seguros a Apropriar R\$ 500,00.

3) D – Despesas com Seguros R\$ 9.000,00.

C – Seguros a Apropriar R\$ 500,00.

C – Prêmios de Seguros a Pagar R\$ 9.000,00.

4) D – Despesas com Seguros R\$ 500,00.

D – Seguros a Apropriar R\$ 8.500,00.

C – Prêmios de Seguros a Pagar R\$ 9.000,00.

5) D – Despesas com Seguros R\$ 9.000,00.

C – Prêmios de Seguros a Pagar R\$ 9.000,00.

Questão 46

A Secretaria de Estado da Saúde recebeu, em julho de 2025, uma transferência financeira obrigatória do Fundo Nacional de Saúde, na modalidade fundo a fundo, destinada ao custeio de procedimentos de alta complexidade. Considerando o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a alternativa que apresenta o lançamento contábil CORRETO para o reconhecimento dessa receita sob a Natureza de Informação Patrimonial.

- 1) Débito em Caixa e Equivalentes de Caixa / Crédito em Transferências Voluntárias.

2) GABARITO PRELIMINAR

Débito em Caixa e Equivalentes de Caixa / Crédito em Transferências Constitucionais e Legais de Receitas.

- 3) Débito em Transferências Constitucionais e Legais de Receitas / Crédito em Caixa e Equivalentes de Caixa.
- 4) Débito em Caixa e Equivalentes de Caixa / Crédito em Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
- 5) Débito em Transferências a Receber / Crédito em Transferências Constitucionais e Legais de Receitas.

Questão 47

A Diretoria Financeira da Secretaria de Estado da Saúde analisa o tratamento contábil de três situações jurídicas apontadas pela Procuradoria Geral do Estado:

- I. Uma empresa fornecedora de medicamentos move ação indenizatória contra a Secretaria de Estado da Saúde. A assessoria jurídica classifica a probabilidade de perda como remota, pois a jurisprudência é pacificada a favor do Estado neste tipo de demanda.**
- II. Um ex-servidor obteve sentença judicial definitiva (transitada em julgado) condenando o Estado ao pagamento de verbas salariais. O valor é exato e o pagamento ocorrerá via Requisição de Pequeno Valor (RPV) em até 90 dias.**
- III. Há uma ação de reparação civil por acidente com ambulância da rede estadual. A probabilidade de condenação é provável e existe estimativa confiável do valor, com desembolso previsto para daqui a 24 meses.**

De acordo com a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a CORRETA classificação ou tratamento contábil dessas situações, na ordem I, II e III, respectivamente, é como:

- 1) Passivo Circulante; Provisão (circulante); Passivo Contingente (de divulgação facultativa em Notas Explicativas).
- 2) Provisão; Passivo Contingente (não circulante); Passivo Circulante.

3) GABARITO PRELIMINAR

Passivo Contingente (de divulgação facultativa em Notas Explicativas); Passivo Circulante; Provisão (não circulante).

- 4) Passivo Contingente (de divulgação obrigatória em Notas Explicativas); Provisão; Passivo Contingente (não circulante).
- 5) Provisão (circulante); Provisão (não circulante); Passivo Não Circulante.

Questão 48

Entre os diversos modelos de elaboração orçamentária, um deles propõe uma ruptura com a prática de se considerar o orçamento do exercício anterior como ponto de partida. Sob essa abordagem, cada unidade administrativa deve justificar a totalidade de suas solicitações de recursos para o novo ciclo, partindo de uma análise de custo-benefício de cada ação proposta, independentemente de suas alocações passadas. Essa descrição refere-se ao conceito de:

- 1) Orçamento de Desempenho.
- 2) Orçamento Programa.

3) GABARITO PRELIMINAR

Orçamento Base Zero.

- 4) Orçamento Tradicional ou Clássico.
- 5) Orçamento Incremental.

Questão 49

As normas constitucionais que disciplinam as finanças públicas estruturam um sistema integrado de planejamento e orçamento, composto por três instrumentos fundamentais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Sobre as disposições constitucionais que regem esses instrumentos, considere as assertivas a seguir.

I. O Plano Plurianual (PPA) estabelece as prioridades e metas da administração pública para um período de quatro anos, devendo ser encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo até oito meses e meio antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) disporá, dentre outros temas, sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

III. A Lei Orçamentária Anual (LOA) pode conter autorização para abertura de créditos suplementares, desde que atendidos os requisitos constitucionais e legais, sendo vedada a inclusão, no projeto da LOA, de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

Está CORRETO o que se afirma em:

1) III, apenas.

2) I, II e III.

3) **GABARITO PRELIMINAR**

II e III, apenas.

4) I e II, apenas.

5) I e III, apenas.

Questão 50

A Contabilidade da Secretaria de Estado da Saúde utiliza o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) para registrar seus atos e fatos. À luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 11ª Edição), especificamente sobre a lógica de utilização das Classes, julgue as afirmativas a seguir como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ No PCASP, o registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas. Portanto, é plenamente possível um lançamento na conta Clientes (classe 1) em contrapartida à conta Receita Realizada (classe 6).

☐ Os lançamentos horizontais são aqueles que representam o início de uma sequência de fatos e, neste caso, a partida dobrada envolverá duas classes simultaneamente. Por exemplo, a primeira fase da receita orçamentária será a previsão. Para realizar esse lançamento, será utilizada uma conta da classe 5 a débito e uma conta da classe 6 a crédito.

☐ As contas de controle de disponibilidades de recursos (classes 7 e 8), quando comprometidas, seguirão a execução dos restos a pagar até o momento do pagamento, independentemente do exercício em que isso ocorrer.

1) F, F, V.

☒ 2) **GABARITO PRELIMINAR**

F, V, V.

3) V, F, V.

4) F, V, F.

5) V, V, F.

Questão 51

De acordo com o site do Tesouro Nacional, "o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) visa colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento, além de contribuir para resgatar o objeto da contabilidade como ciência, que é o patrimônio". Sobre o alcance e autoridade do MCASP, considere as assertivas a seguir.

I. Autarquias, fundações públicas instituídas e mantidas pelo poder público e consórcios públicos estão entre as entidades para as quais a aplicação das normas do MCASP é obrigatória.

II. Empresas estatais dependentes integram o conceito de entidades do setor público e, portanto, estão obrigadas a seguir as normas contábeis estabelecidas no MCASP.

III. Tribunais de Contas e Ministério Público, por integrarem os Poderes do Estado, podem optar por aplicar as normas do MCASP de forma facultativa, caso julguem mais conveniente.

Está CORRETO o que se afirma em:

- 1) I, II e III.
- 2) I e III, apenas.

3) GABARITO PRELIMINAR

I e II, apenas.

- 4) I, apenas.
- 5) II e III, apenas.

Questão 52

De acordo com a vigente normatização contábil, os adiantamentos concedidos por uma companhia a sociedades coligadas, controladas, diretores ou acionistas possuem um tratamento contábil específico em seu balanço patrimonial. Assinale a alternativa que indica a classificação CORRETA para esses direitos.

- 1) Devem ser registrados como uma dedução do Patrimônio Líquido, pois configuram antecipação de recursos a sócios que afeta diretamente a conta de capital.
- 2) Devem ser classificados no Passivo Circulante, por representarem uma obrigação da investidora em prover os recursos antecipados.
- 3) Devem ser registrados no grupo de Investimentos, por configurarem participações permanentes de capital em outras sociedades.

4) GABARITO PRELIMINAR

Devem ser registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, desde que não caracterizem operação usual no objeto social da empresa.

- 5) Devem ser classificados no Ativo Circulante, por representarem, em qualquer hipótese, direitos de curto prazo, independentemente da data de recebimento.

Questão 53

A Secretaria de Estado da Saúde possui em seu patrimônio um terreno adquirido há três anos em uma área de expansão urbana. Até a data de fechamento do Balanço Patrimonial, a administração da Secretaria não havia definido a destinação futura desse terreno: não há decisão formal sobre sua utilização para a construção de novas unidades de saúde nem decisão sobre sua venda a curto prazo no curso ordinário das operações. Considerando o disposto nas Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, enquanto o uso desse ativo permanecer indeterminado, ele deve ser classificado contabilmente como:

- 1) Ativo Realizável a Longo Prazo.
- 2) Estoque de Terrenos para Uso Administrativo.
- 3) Ativo Imobilizado.

4) **GABARITO PRELIMINAR**

Propriedade para Investimento.

- 5) Ativo Não Circulante Mantido para Venda.

Questão 54

A Constituição Federal de 1988 estabelece uma importante vedação conhecida como "Regra de Ouro" das finanças públicas. Esta regra tem como objetivo primordial evitar que o endividamento público seja utilizado para financiar despesas correntes, preservando a sustentabilidade fiscal de longo prazo. Nos termos da CF/1988, a Regra de Ouro proíbe:

- 1) que o somatório das despesas de capital empenhadas em determinado exercício seja superior ao das receitas de capital arrecadadas.
- 2) a realização de operações de crédito cujo valor total supere a receita corrente líquida do exercício anterior.
- 3) a realização de qualquer operação de crédito por ente federado sem a prévia autorização do Senado Federal, independentemente de sua finalidade.

4) **GABARITO PRELIMINAR**

a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

- 5) a destinação de recursos provenientes de operações de crédito para o pagamento de despesas com pessoal inativo, exceto em situações de calamidade pública.

Questão 55

A Lei nº 4.320/1964 dispõe sobre normas gerais de direito de financeiro e classifica a despesa orçamentária em duas categorias econômicas: as despesas correntes e as despesas de capital. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um exemplo de despesa de capital.

☒ 1) **GABARITO PRELIMINAR**

Obras de construção de uma nova unidade de saúde.

- 2) Pagamento de diárias a servidores em viagem a serviço.
- 3) Pagamento de aposentadorias de servidores inativos.
- 4) Pagamento de 13º salário aos servidores públicos.
- 5) Despesas com a aquisição de medicamentos para a rede hospitalar.

Conhecimentos Específicos

Questão 56

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021, por meio de seu artigo 6º, traz uma série de definições que serão basilares ao longo de toda a Lei, bem como serão importantes para o dia a dia do servidor público. Sobre as referidas definições, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ **Licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe**

equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

() Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

() Contratação por tarefa: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado.

() Pregão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

1) F, V, F, V.

2) V, F, V, F.

3) F, V, V, F.

4) V, F, F, V.

5) **GABARITO PRELIMINAR**

V, V, F, F.

Questão 57

Sobre as hipóteses de extinção dos contratos estabelecidas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, considere as assertivas a seguir.

I. O contratado terá direito à extinção do contrato na seguinte hipótese: repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas.

II. O contratado terá direito à extinção do contrato na seguinte hipótese: atraso superior a 1 (um) mês, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

III. A extinção do contrato poderá ser: consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

IV. A extinção determinada por ato consensual por parte da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, na seguinte consequência: assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

Está CORRETO o que se afirma em:

1) **GABARITO PRELIMINAR**

I e III, apenas.

2) II e IV, apenas.

3) I, II e III, apenas.

4) II, III e IV, apenas.

5) II e III, apenas.

Questão 58

Acerca do que dispõe a Lei de Licitações e Contratos Administrativos quanto às infrações e sanções administrativas, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: 1) - advertência; 2) - multa; 3) - impedimento de licitar e contratar; 4) - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; 5) – prisão simples.

() O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: a) - dar causa à inexecução parcial do contrato; b) - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

() O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame; b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

() Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 30 (trinta) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

1) GABARITO PRELIMINAR

F, V, V, F.

2) V, F, V, F.

3) F, V, F, V.

4) V, V, F, F.

5) V, F, F, V.

Questão 59

A partir do regramento trazido pela Lei de Licitações e Contrato, especialmente no que concerne aos deveres do gestor e do fiscal do contrato, considere as assertivas a seguir.

I. Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos: 1) sejam, exclusivamente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública; 2) tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e 3) não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

II. Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três)

membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

III. Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

IV. O fiscal do contrato poderá, a seu critério, ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que poderão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir ou potencializar riscos na execução contratual.

Está CORRETO o que se afirma em:

1) GABARITO PRELIMINAR

II e III, apenas.

2) I, II e III, apenas.

3) I, III e IV, apenas.

4) II, III e IV, apenas.

5) III e IV, apenas.

Questão 60

Sobre a execução e inexecução dos contratos administrativos, com base na orientação trazida pela Lei nº 14.133/2021, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

() É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, exceto na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.

() Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

() Constituirá motivo para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a seguinte situação: decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

1) F, V, F, V.

2) V, F, V, F.

3) F, V, V, F.

4) V, V, F, F.

5) **GABARITO PRELIMINAR**

V, F, V, V.

2026 © ProSeleta



Fundação
FAFIPA